

ANDRÉ LOPES PEREIRA
Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras
alpereira.99@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-8890-253X>

MARCOS OSÓRIO
Município do Sabugal | Universidade de Coimbra, CEACP
arkmarcos@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-4340-4614>

A *PIZARRA* VISIGÓTICA DE MORADIOS (MALHADA SORDA, ALMEIDA) E O SEU CONTRIBUTO PARA A DISCUSSÃO SOBRE A RELEVÂNCIA DESTES SÍTIO ARQUEOLÓGICO NA ALTA IDADE MÉDIA

THE VISIGOTH SLATE OF MORADIOS (MALHADA SORDA, ALMEIDA) AND ITS IMPACT TO THE DISCUSSION ON THE RELEVANCE OF THIS ARCHAEOLOGICAL SITE DURING THE EARLY MIDDLE AGES

“Conimbriga” LXII (2023) p. 163-194

http://doi.org/10.14195/1647-8657_62_9

Texto recebido em / Text submitted on: 11/01/2023

Texto aprovado em / Text approved on: 20/04/2023

RESUMO: Apresentamos a descoberta em território português de um fragmento de uma *pizarra* de texto, que aumenta o número de achados conhecidos e permite retirar diversas conclusões sobre a dispersão deste tipo de epígrafes, bem como refletir sobre a importância da estação arqueológica de Moradios, na época suevo-visigótica. O conjunto de ruínas conhecidas e revistas neste texto permitem, agora, supor que este assentamento romano teve continuidade em

Conimbriga, 62 (2023) 163-194

época tardo romana e terá desempenhado provavelmente um papel de importância territorial no período suevo-visigótico, algo que anteriormente se desconhecia. Tendo em conta a considerável extensão urbana e a natureza dos vestígios e materiais recolhidos, o local reúne condições para sede da paróquia de Coleia referida no *Parochiale Suevorum*, visto que é um dos maiores sítios com atestada ocupação dos séculos VI a VIII em toda a região do Alto Côa.

PALAVRAS-CHAVE: *Pizarra visigótica*; Alto Côa; *Parochiale Suevorum*; Coleia.

ABSTRACT: We present the discovery in Portuguese territory of a fragment of a written pizarra (i.e., a Visigothic schist slate), increasing the number of known finds and allowing several conclusions to be drawn regarding the dispersal of this type of epigraphs, whilst also reflecting on the importance of the archaeological site of Moradios during the Swabian-Visigothic period. The assembly of ruins known and reviewed in this text now suggests that the Roman settlement had continuity in the Late Roman period and that it probably played a part of territorial importance during the Swabian-Visigothic period, something that was previously unknown. Considering the significant extension of the urban area and the nature of the remains and gathered materials, the site meets the conditions for the headquarters of the parish of Coleia mentioned in the *Parochiale Suevorum* since it is one of the largest sites with the attested occupation of the 6th-8th centuries in all the Alto Côa region.

KEYWORDS: Visigothic pizarra; Alto Côa; *Parochiale Suevorum*; Coleia.

A *PIZARRA* VISIGÓTICA DE MORADIOS
(MALHADA SORDA, ALMEIDA) E O SEU CONTRIBUTO
PARA A DISCUSSÃO SOBRE A RELEVÂNCIA DESTES
SÍTIO ARQUEOLÓGICO NA ALTA IDADE MÉDIA

Introdução

Não são muito comuns os achados de *pizarras* de época visigótica em Portugal e, por isso, a descoberta de um novo exemplar no sítio de Moradios (Malhada Sorda, Almeida), mereceu uma atenção especial, tendo em conta que a estação arqueológica é conhecida pelo bom estado de conservação dos seus vestígios romanos e medievais.

As placas de xisto com inscrições de época visigoda, designadas como *pizarras* na literatura científica espanhola – termo usado neste texto por ser comum na gíria arqueológica – são achados que entusiasman os investigadores. No entanto, raramente são dados a conhecer novos exemplares, devido ao insuficiente trabalho de campo ou simplesmente por falta de sorte.

A peça descoberta é um pequeno fragmento de xisto com texto, cuja relevância resulta do facto de datar de um período em que são raras as fontes escritas preservadas, por serem produzidas geralmente em matéria perecível (BARROCA, 1991: 143 e 152).

Este primeiro testemunho arqueológico de cronologia visigótica descoberto no Alto Côa é fundamental para a compreensão do desconhecido período da Antiguidade Tardia na região, confirmando a citação de Mário Barroca que “a zona fronteiriça portuguesa de Riba-Côa, vizinha dessa zona de maior concentração de achados, deverá ser, de futuro, prospetada com maior atenção, já que ela constitui a continuação geográfica e geológica da região de maior densidade de achados de *pizarras*” (1991: 147-148).

1. As circunstâncias de achado

A descoberta da *pizarra* de Moradios só foi possível graças ao intenso trabalho de campo realizado, combinado com alguma fortuna, já que foi encontrada à superfície em circunstâncias extraordinárias, devido à sua diminuta dimensão.

No âmbito dos seus estudos académicos, o primeiro autor, ao prosperar o terreno em busca de indicadores materiais associados às ruínas da estação arqueológica, teve a felicidade de dar com este pequeníssimo fragmento de xisto, que se destacou pela sua presença em solo granítico. O exemplar apresentava traços incisos que sugeriam decoração, mas num olhar mais atento concluiu-se que continha caracteres cursivos gravados.

A peça foi encontrada na parte setentrional da estação arqueológica de Moradios (FIG. 5), virada ao contrário, num terreno com vegetação rasteira e escassos afloramentos rochosos, junto de algumas estruturas arruinadas. Ela apareceu num espaço aberto (20x26 m), rodeado por várias construções de planta retangular (FIG. 6), assinaladas por alicerces de alvenaria de pedra seca de granito, com 60 a 80 cm de espessura (FIG. 9), mantendo ainda as ombreiras das portas fincadas no solo e alguns materiais cerâmicos à superfície.

O núcleo edificado é composto por três construções a sul, a oeste e a norte, com um padrão de 12x4 m de dimensão interna. No lado oriental, há um alinhamento de quatro edifícios retangulares ao longo de 35 m, orientados a norte (FIG. 6). Este espaço edificado onde apareceu a lousa aparenta ser uma área de carácter funcional e comunitário, relacionada com alguma atividade económica ou administrativa do lugar, a 100 metros de distância dos terrenos onde se encontram as possíveis estruturas de carácter doméstico e habitacional (FIG. 5).

2. O sítio arqueológico

O sítio de Moradios (Malhada Sorda, Almeida) não é desconhecido do meio científico e já foi assaz citado (ALMEIDA, 1945: 180; TELES e TELES, 1981; FERNANDES, 1982: 59; CURADO, 1988: 11; ALARCÃO, 1988a: 64, 4/274; PERESTRELO, 2003: 90; OSÓRIO, 2006: 77, 99-100), sendo também denominado por Verdugal ou Malhada Sorda Velha.

O nome do lugar reflete a percepção que as pessoas têm sobre as ruínas ali presentes e os moradores da aldeia próxima acreditavam que aquele era o antigo “povo”, o que se compreende porque o lugarejo deixou de ser habitado apenas no século XVI (NOGUEIRA, 1998: 200, nota 7).

O assentamento fica localizado no limite entre as freguesias de Vilar Maior (Sabugal) e Malhada Sorda (Almeida), cartografado na folha 205 da Carta Militar de Portugal (1:25.000) (FIG. 1). A região caracteriza-se pela sua morfologia planáltica, com altitudes variando entre os 790 e 820 metros (FIG. 2). Os solos são constituídos por granito não porfiroide, de grão médio a fino (GONÇALVES e ASSUNÇÃO, 1966: 14), onde são abundantes os penedos e lajes à superfície, sobretudo na vertente ocidental.

O sítio arqueológico é parcialmente atravessado pela ribeira da Pena (também conhecida pelo sugestivo nome de ribeira das Casas), que corre de sul para norte, e vai desaguar na margem direita do rio Côa, sendo por esse motivo uma área fértil, bem irrigada, onde se formaram diversas propriedades rurais delimitadas por muros, hoje praticamente reduzidas a pastagens, mas também com terrenos incultos na periferia, cobertos de mato, carvalhos e vegetação rasteira, em grande parte devido aos afloramentos rochosos. O acesso é possível através de caminhos agrícolas que partem da povoação da Malhada Sorda, para sul.

O que torna o sítio arqueológico único e sem paralelo em toda a Beira Interior é a extensa área de dispersão de vestígios, com 43 hectares, onde foram encontrados diversos tipos de achados romanos e medievais (FIG. 5), mas que, de momento, não podemos saber se são contemporâneos ou testemunham distintas ocupações cronológicas. Estamos perante um aglomerado populacional de grande dimensão, não só durante a época romana, como vários autores propuseram (ALMEIDA, 1945: 180; ALARCÃO, 1988a: 64, 4/274), mas também no período alto-medieval.

2.1. Os vestígios romanos

Numa área mais restrita, com cerca de 34 hectares, de ambos os lados da ribeira, observam-se pelo terreno diversos fragmentos de cerâmica de construção (*tegulae*, *imbrices* e tijolos) e cerâmica comum doméstica muito grosseira (FERNANDES, 1982: 59). Não são materiais

muito abundantes, pois os solos não são lavrados há muito tempo. Há notícias do achado de pesos de tear, mós circulares, um fragmento de vidro (séc. IV-V) e moedas (de Tibério, de Trajano e do séc. IV) (FARIA, 1985: 682), mas há referências igualmente ao achado de bases, fustes e capitéis de coluna, bem como mosaicos, hoje desaparecidos (ALMEIDA, 1945: 180; TELES e TELES, 1981; FERNANDES, 1982: 59; CURADO, 1988: 11).

A prática recorrente de recolha de espólio na estação arqueológica terá reduzido os seus vestígios mais imponentes a escassos fragmentos dispersos (OSÓRIO, 2006: 100). Na povoação da Malhada Sorda existe uma base de coluna (FERNANDES, 1982: 58) e um fragmento de cornija guardado em casa de particulares (TELES e TELES, 1981: 104-106), e outros que ainda se encontram ocultos, pois o sítio tem sido vandalizado por indivíduos com detetores de metais, conforme se atesta pelos frequentes buracos abertos no solo, muitas vezes, no interior das estruturas.

Do local provém uma inscrição epigráfica, mas parece que foi avistada outra, em paradeiro desconhecido. Trata-se do fragmento inferior esquerdo de uma provável estela de granito, pouco legível e de fabrico grosseiro, com gravação imperfeita. Apresenta apenas os caracteres: “AE CL [...] /CAES [...]”. Embora seja sugestiva a leitura *Caes(ar)*, o mais certo é corresponder apenas a um antropónimo indígena, como *Caesius*, *Caesianus*, *Caesia* ou *Caesarus* (CURADO, 1988).

Estes vestígios materiais estão associados a alinhamentos de arreamentos urbanos e de alicerces de edificios retangulares, bem como a construções de grande envergadura dispostas em anfiteatro (FERNANDES, 1982: 59, OSÓRIO, 2006: 77 e 100) (FIG. 5). João de Almeida julgou ver muralhas, termas, uma arena, um templo paleocristão e várias calçadas no local, assinalando-as num mapa à escala aproximada de 1:10.000 (1945: 178-182), mas estas estruturas propostas são “demasiado fantasiosas” (FERNANDES, 1982: 59). José Artur Nogueira parece ter visto as ruínas em melhor estado, pois refere-se à existência de “muros de alvenaria romana de dimensões apreciáveis, hoje desaparecidos, que pela extensão sugeriam ser parte dum edificio público” (1998: 200, nota 7).

O sítio reúne diversos atributos que nos permitem considerá-lo como um importante aglomerado romano, mas os autores dividem-se na sua interpretação como *villa* (CURADO, 1988), como cidade amuralhada (ALMEIDA, 1945: 178) ou castro romanizado (FERNANDES, 1982: 59).

Jorge de Alarcão (1988a: 64, 4/274) já tinha proposto a classificação da estação arqueológica como *vicus*, recebendo concordância de autores posteriores (PERESTRELO, 2003: 90; OSÓRIO, 2006: 77). Mas também o integrou numa lista de sítios com possibilidade de ter o estatuto de sede dos *Lancienses Transcudani* na região do Alto Côa: juntamente com Alfaiates, Sabugal ou Quinta de São Domingos (ALARCÃO, 1988b: 41), à semelhança de João de Almeida que assinalou aqui a *civitas* dos *Lancienses Oppidani* (ALMEIDA, 1945: 178-184). À falta de outros lugares com boa extensão de vestígios e com estruturas de grande dimensão, os Moradios causaram sempre fascínio na investigação arqueológica da região do vale superior do rio Côa.

Os autores estabelecem também uma forte relação do aglomerado com a rede viária, propondo a passagem de uma via romana pelo local, ligando Alfaiates à *civitas Cobelcorum* (ALARCÃO, 1998: 150) ou vindo da Guarda e atravessando o rio Côa no Porto de Ovelha, em direção a Ciudad Rodrigo (FIGUEIREDO, 1953: 29 e 42; BARROCO, 1978: 83; FERNANDES, 1982: 60; PEIXOTO, 1996: 210-211). Outro itinerário provável seria a ligação entre Iruña (Fuenteguinaldo) e Almofala (Figueira de Castelo Rodrigo), correspondendo ao caminho denominado, ainda hoje, como *carril*, que passa a 2 km para nascente deste aglomerado (FIG. 2), constituindo um eixo norte/sul utilizado desde tempos milenares, conectando o vale superior do rio Côa com regiões mais setentrionais, do Médio e Baixo Côa (OSÓRIO, 2006: 100; RAMOS, 2020: 268).

2.2. Os testemunhos medievais

A identificação de 10 sepulturas antropomórficas escavadas na rocha, na parte norte da estação arqueológica, sugeria a perduração do povoamento local durante a Idade Média (TELES e TELES, 1981; FERNANDES, 1982: 58 e 62; PERESTRELO, 2003: 90 e 176).

As tumbas localizam-se em duas zonas distintas. A primeira área funerária distribui-se de ambos os lados de um caminho murado, ao longo de 200 m (FIG. 5), no sentido SO/NE, onde foram assinaladas oito sepulturas escavadas na rocha de adulto (TELES e TELES, 1981: 104-106; FERNANDES, 1982: 58 e 62; OSÓRIO, 2000: 34 e 78; OSÓRIO, 2006: 77; MARTÍN VISO, 2007: 39).

Duas sepulturas encontram-se num penedo próximo do caminho e apresentam morfologia subretangular, com orientações não coinciden-

tes (FIG. 8). Mais para nordeste, no eixo da via murada, encontram-se duas outras sepulturas retangulares emparelhadas e entulhadas, orientadas com os pés para noroeste. Mais à frente há uma sepultura isolada, num afloramento pouco destacado no terreno, a ocidente do caminho, mal conservada e assimétrica. É de morfologia retangular e está orientada com a cabeça para NO. A 25 m de distância, para leste da via, existem ainda outras três sepulturas, no mesmo penedo, próximo de uma casa arruinada. Duas são paralelas e têm os pés virados para NE, sendo uma duplamente antropomórfica e a outra retangular. A terceira sepultura aproveita a área sobrando do afloramento e tem a cabeceira orientada para NO.

O segundo núcleo de estruturas funerárias localiza-se mais a sul, a 350 m das primeiras, e é constituído apenas por duas sepulturas. A sepultura 1 tem planta retangular, com os pés orientados a sul, esboçando antropomorfismo por meio de volutas laterais semicirculares que separam os ombros da cabeça. A sepultura 2 fica na parte mais elevada de Moradios, a 62 m da primeira, tendo começado a ser aberta num afloramento saliente no terreno, mas estando inacabada. A cabeceira, virada a norte, está gasta e mal definida e tem ligeira sugestão de ombros.

Associados a estas tumbas, observam-se inúmeros alinhamentos de estruturas arruinadas de planta retangular (com dimensões de 6x4 m ou 12x4 m) ou de morfologia circular (6 m de diâmetro em média), apresentando divisões internas e sendo construídas sistematicamente com pedras fincadas no solo, em cutelo, mantendo por vezes as ombreiras preservadas verticalmente. Contabilizam-se mais de 70 edifícios arruinados, por uma extensa área, o que permite defender a existência de uma aldeia contemporânea dos túmulos (OSÓRIO, 2000: 77-78; PERESTRELO, 2003: 90; OSÓRIO, 2006: 100) (FIG. 5).

Não sabemos se o assentamento de Moradios foi ampliado durante a Alta Idade Média e alguns dos alicerces das construções observados no local corresponderão a edifícios romanos ou a construções de uma fase posterior de ocupação, porque, para além das sepulturas e do achado da *pizarra* visigótica, poucos materiais cerâmicos, metálicos ou líticos de cronologia medieval foram identificados no local, escasseando até as telhas de canudo.

3. O fragmento de pizarra epigrafada

A placa de xisto agora descoberta é do tipo “Diego Álvaro”, seguindo classificação dos primeiros estudiosos (ver VELÁZQUEZ SORIANO, 2000: 606). O pequeno fragmento tem 29 mm de comprimento e 19 mm de largura, tendo apenas 3 mm de espessura, e encontra-se bastante incompleto, sendo difícil de reconstituir o seu conteúdo escrito (FIG. 3).

As faces apresentam colorações distintas. A superfície que contém as letras tem uma patine esverdeada com manchas acastanhadas. A face contrária é de cor acinzentada e mostra um traço reto inciso, que parece recente, embora não fosse improvável estar gravada nos dois lados, como aconteceu por exemplo em Braga, Crestelos (Mogadouro), Galinduste (Salamanca), Pelayos (Salamanca) e Diego Álvaro (Ávila) (VELÁZQUEZ SORIANO, 2004: 152, 221, 235, 241, 411 e 424; 2018).

A peça é feita de xisto laminar, sendo uma matéria que permite obter superfícies alisadas e de pouca espessura, fáceis de transportar, com fraca dureza, onde se pode gravar comodamente texto cursivo ou desenho, num período de escassez de alternativas de suporte escrito (BARROCA, 1991: 156).

Como a placa de Moradios foi encontrada em terrenos graníticos, tal como os exemplares descobertos em La Dehesa de La Genestosa (Casillas de Flores), ela deve provir de solos xistosos mais distantes, provavelmente da margem direita do rio Águeda. Nessa área situa-se o povoado de Lerilla (Zamarra, Ciudad Rodrigo), onde foram descobertas centenas de *pizarras*. A presença destes artefactos líticos em regiões onde o material não existe, demonstra a existência de redes de produção e distribuição deste ótimo suporte epigráfico (MARTÍN VISO, 2015: 308).

O texto está distribuído por 3 linhas, não demarcadas, no sentido perpendicular ao comprimento máximo da peça, e agrupam-se em conjuntos de três caracteres, variando a altura das letras entre 3 e 11 mm (FIG. 3). O espaçamento entre a linha 1 e 2 é maior do que o restante.

Os signos foram gravados com pouca profundidade, recorrendo a um objeto metálico afiado, mas alguns riscos não são originais, e foram infligidos posteriormente.

Identificam-se 6 caracteres gravados, de forma irregular, que se leem com dificuldade. Os dois primeiros signos são muito dúbios, talvez um ‘A’ bastante quadrado e um ‘C’ demasiado anguloso, que provavelmente constituem os restos de um desenho, semelhante às figuras

zoomórficas que aparecem nas *pizarras* numéricas de Lerilla (Zamarra, Ciudad Rodrigo) e ao motivo barquiforme da peça de Cortinal de San Juan (Salamanca) (MARTÍN VISO, 2015: 298). Na primeira linha é nítida ainda a letra ‘T’.

Na linha 2 observa-se um ‘E’ que se prolonga para cima da letra seguinte, que é um ‘U’ (a maior letra do texto), com uma haste mais elevada que a outra. No final da linha encontra-se uma letra incompleta e, a ser um ‘F’, não é das mais comuns na escrita visigótica. O traço horizontal é pouco nítido e até pode pertencer à letra inferior.

A terceira linha está truncada e apenas se observa o remate superior das letras. Julgamos ver a sequência ‘N’, ‘I’ e ‘D’ (FIG. 3).

É difícil perceber o que é narrado neste pequeno fragmento de texto, redigido provavelmente em latim e escrito em alfabeto cursivo visigótico, semelhante ao usado nos pergaminhos posteriores, ao contrário das inscrições paleocristãs do mesmo período, gravadas com letras maiúsculas e sem nexos (BARROCA, 1991: 151):

«[?] T (...) / ...EUF(...) / NI...D»

O seu teor pode ser de índole religiosa, administrativa ou comercial, mas dado o reduzido tamanho preservado, não podemos avançar com qualquer interpretação.

Embora esta placa de xisto esteja longe da qualidade dos exemplares epigráficos de Diego Álvaro (Ávila), Galinduste (Salamanca) ou Pelayos (Salamanca) (VELÁZQUEZ SORIANO, 2004: 152, 210-337 e 424), existem caracteres semelhantes, nomeadamente o ‘E’ e o ‘T’, que demonstram que haveria, por essa altura, um volume bastante elevado de documentos produzidos por escribas que exerciam esta atividade em comum, em regiões afastadas (BARROCA, 1991: 156).

4. A problemática em torno das *pizarras*

A distribuição geográfica destes achados coincide praticamente com as atuais províncias de Ávila, Salamanca e o norte de Cáceres (VELÁZQUEZ SORIANO, 2004: 40-43). É nessa região onde se encontram alguns dos assentamentos com maior número de peças exumadas, como Lerilla (Zamarra), El Cortinal de San Juan (Salamanca), Cabeza de Navasangil e Diego Álvaro (Ávila).

Na figura 4 verificamos igualmente que Segóvia, Zamora, Valladolid, Astúrias, Manzanares e Badajoz são outras zonas de ocorrência de achados, completamente excêntricas, que nos revelam uma utilização mais ampla do que se julgava.

Talvez estes exemplares periféricos sejam resultantes de movimentos migratórios de gente oriunda de contextos culturais mesetenhos (BARROCA, 1991: 147; TENTE e SOARES, 2008: 16), mas também podem denunciar uma deficiente amostragem por falta de prospeção em áreas fora do núcleo principal, como sugerem as mais recentes publicações (TENTE e SOARES, 2008: 17; CORDERO RUIZ e MARTÍN VISO, 2012: 260; MARTÍN VISO *et al.*, 2020). É precipitado propor qualquer tipo de manifestação regional visigótica, sendo possível que nas províncias com mais peças recolhidas tenha havido, apenas, uma maior intensidade de investigação ou foi onde melhor se conservaram (CORDERO RUIZ e MARTÍN VISO, 2012: 261).

Em Portugal, o número de achados é raro e os exemplares conhecidos são registados na Beira Interior e no sul de Trás-os-Montes, que estão próximos da área centro-norte peninsular, de maior concentração. As únicas *pizarras* conhecidas fora desta região são de Braga (VELÁZQUEZ SORIANO, 2004: 36-37; BARROCA, 1991: 146-147) e de Beja (TENTE e SOARES, 2008).

Há notícias de terem aparecido, por volta de 1930, diversas “ardósias com caracteres gravados”, junto à ermida de Santo André, em Almofala (Figueira de Castelo Rodrigo), que nunca foram confirmadas (RODRIGUES, 1958: 394; COELHO, 1972: 276; MACIEL, 2004: 250). Foi identificada, recentemente, uma nova *pizarra* nesse sítio, que corroborou essa antiga informação. Este novo achado foi publicado juntamente com duas outras placas de xisto descobertas nos trabalhos arqueológicos realizados em torno da Torre de Almofala (em 2018), a cerca de 4 km de distância da primeira (TENTE, FIGUEIRA e CARVALHO, 2022: 143) (FIG. 7).

Pela mesma altura, foi apresentada uma outra lousa proveniente das escavações arqueológicas de Crestelos (Mogadouro), já a norte do rio Douro. A peça provém de contextos estratigráficos claros, num espaço residencial datado dos séculos VII-VIII, sendo um texto de evocação mágico-religiosa (VELÁZQUEZ SORIANO, 2018).

A peça de Moradios constitui a mais recente descoberta assinalada no mapa de dispersão das *pizarras* portuguesas (FIG. 4), ficando, juntamente com as placas de xisto de Figueira de Castelo Rodrigo

e Mogadouro, à mesma distância do núcleo de achados mesetenhos (FIG. 4). O achado mais próximo de Moradios provém de La Dehesa de La Genestosa (Casillas de Flores), apenas a 20 km para sudeste (FIG. 7), enquanto o conjunto de ardósias de Lerilla (Zamarra) fica a 36 km, para leste.

Conhecem-se três tipos distintos de *pizarras* visigóticas. Por um lado, as que exibem caracteres alfabéticos, que são menos comuns, mas com informação de índole comercial, administrativa, histórica ou religiosa, nas quais se enquadra a peça de Moradios. Isabel Velásquez Soriano (2004: 210-347) fez o estudo e catalogação de todas as epígrafes deste tipo (em 1989), em especial os 56 exemplares de Diego Álvaro (Ávila) – o assentamento com maior número de *pizarras* de texto.

Num segundo grupo encontram-se as placas de natureza numérica, sendo o tipo mais abundante, que se cingem ao registo de várias combinações de signos romanos I, V e X, por vezes com barra superior, que parecem constituir somas (COELHO, 1972: 277; TENTE e SOARES, 2008: 15; DÍAZ e MARTÍN VISO, 2011: 224). A sua principal função ainda é desconhecida, mas tem sido proposto que testemunham um sistema de contabilidade utilizado nas mais diversas atividades quotidianas, como contagem de gado e de produção agrícola, pagamento de censos e direitos de viagem, exercícios escolares ou anotações de jogos (VELÁZQUEZ SORIANO, 1989: 29-31; BARROCA, 1991: 143; URBINA ÁLVAREZ, 2002: 143; CORDERO RUIZ e MARTÍN VISO, 2012: 261). Parece tratar-se de um sistema numérico simples que responde aos mesmos problemas de contagem, presente em todas as sociedades, com uma estrutura comum que se repete em outras manifestações semelhantes, em locais e épocas distintas (FERNÁNDEZ CADENAS, 2021: 22-24).

O assentamento arqueológico com maior número de placas de tipo numérico é o povoado de Lerilla (Zamarra), com cerca de 900 fragmentos, muitos deles de reduzidas dimensões, daí se ter convenido chamar “*pizarras* de tipo geométrico de Lerilla” (VELÁZQUEZ SORIANO, 2004: 26).

Num terceiro grupo encontram-se as *pizarras* com motivos desenhados, menos estudadas, onde se representam figuras humanas, animais, instrumentos agrícolas, barcos ou tabuleiros de jogo, mas que devem ser contemporâneas das restantes (BARROCA, 1991: 144). Este campo de investigação oferece maiores complexidades, pois a utilização de lousas de xisto para reproduzir gravuras é uma prática que recua aos tempos pré-históricos, com bons exemplos em território português

(FIGUEIREDO *et al.*, 2014; NEVES e FIGUEIREDO, 2015), e a sua recolha fora de contexto arqueológico torna-se problemática.

Discute-se muito a dispersão das diferentes categorias de *pizarras* e a sua relação com o tipo de assentamento onde foram descobertas. Já se propôs a existência de disparidades entre os lugares com placas de texto e os sítios com peças numéricas (MARTÍN VISO, 2015: 297, nota 40), mas no catálogo de Velázquez Soriano (1989: 41) assinalam-se 16 lugares com exemplares de ambos os tipos, havendo igualmente combinações entre as diferentes categorias (*pizarras* com utilização numérica e textual nas faces opostas, e lousas numéricas/escritas com desenhos). De momento, parece ainda difícil estabelecer relações seguras entre as diferentes tipologias e os assentamentos. O mais provável é que elas fossem empregues em simultâneo, durante esse período.

Quanto à questão da datação destes exemplares, não existem elementos que nos permitam, com segurança, indicar o lapso de tempo entre o começo e o final da produção destes documentos (BARROCA, 1991: 143). Infelizmente, a maioria das peças, como a de Moradios, foi encontrada fora de contexto estratigráfico ou não foi dada a devida importância às circunstâncias de achado.

Não havendo indicadores de datação direta, foi o estudo paleográfico das *pizarras* de texto que permitiu o seu enquadramento cronológico entre o final do séc. V e meados do séc. VIII (DÍAZ Y DÍAZ, 1986: 15; VELÁZQUEZ SORIANO, 1989: 73-74; BARROCA, 1991: 147). Hoje, aceita-se que estas placas foram produzidas no período visigótico, acabando por se converter num ótimo fóssil diretor que contextualiza qualquer assentamento arqueológico, sempre que faltarem outros dados cronológicos inequívocos (CORDERO RUIZ e MARTÍN VISO, 2012: 262).

As *pizarras* numéricas devem ter sido contemporâneas dos exemplares escritos, mas parecem apresentar uma diacronia mais longa (VELÁZQUEZ SORIANO, 1989: 29 e 30), pois algumas foram reutilizadas em textos privados de épocas posteriores e outras podem recuar ao período tardo romano, como parece ser o caso de San Pelayo (Aldealengua) (CORDERO RUIZ e MARTÍN VISO, 2012: 263).

Os autores destas inscrições evidenciam uma identificação com grupos que possuíam um substrato cultural romano tardio, em estreito contacto com a realidade visigótica, especialmente por meio da observância da *Lex Visigothorum* que os textos denunciam (DÍAZ e MARTÍN VISO, 2011: 239). Esses registos revelam uma sociedade onde a escrita latina era fundamental e desempenhava um papel significativo, seguin-

do a tradição clássica, até à sua eventual decadência a partir do século VIII, com as invasões muçulmanas (DÍAZ Y DÍAZ, 1986: 25; BARROCA, 1991: 145 e 159).

5. A importância do achado para a compreensão do sítio de Moradios (Almeida)

A descoberta desta placa de xisto à superfície, fora do contexto original em que foi utilizada, torna a sua interpretação mais desafiadora. A falta de informações sobre o espaço edificado onde foi encontrada, bem como as circunstâncias em que a peça foi removida do seu contexto original, compromete a compreensão precisa do seu significado e o propósito original.

Podemos apenas depreender que, entre os séculos VI e VIII, viveu aqui uma comunidade que partilhou com o mundo cultural visigodo, da área centro-norte peninsular, a prática de usar estas lousas epigrafadas nas mais diversas atividades quotidianas, para registos escritos e numéricos.

Mas há um denominador comum em todos os locais de achado de *pizarras*: são espaços de poder político, económico, religioso e social que emergiram como eixos da paisagem rural, a partir do século V (DÍAZ e MARTIN VISO, 2011: 229; CORDERO RUIZ e MARTIN VISO, 2012: 261).

A dimensão e a quantidade de estruturas arqueológicas presentes nos Moradios, dispersas por uma área bastante extensa, anteriormente considerada como uma capital de *civitas* (ALMEIDA, 1945: 178-184; ALARCÃO, 1988b: 41), devem ser reavaliadas à luz deste achado.

Este núcleo populacional romano, como muitos outros na região mesetenha, teve continuidade ocupacional durante o período suevo-visigótico. Durante esse tempo, o assentamento sofreu mudanças e ganhou uma nova fisionomia. A população local fundiu-se numa única comunidade hispano-visigoda, com elementos da cultura romana clássica e da cultura forânea. Isso aconteceu como resultado das mudanças sociais e políticas que ocorreram após a invasão dos povos germânicos (VELÁZQUEZ SORIANO, 1989: 59; BARROCA, 1991: 149).

O silêncio sobre os Moradios na documentação medieval dos séculos XII e XIII permite supor que este povoado terá atingido o seu auge administrativo e económico no período suevo-visigótico, apresen-

tando, por essa altura, prováveis atributos de importância supraregional, como a função de sede paroquial, entre outras.

Com a reorganização eclesiástica sueva de ambas margens do Douro, nos finais do século VI, as sedes paroquiais tornaram-se pontos fundamentais na articulação da administração, fazendo chegar as diretrizes episcopais a outros centros de culto dependentes do domínio diocesano (RIPOLL e VELÁZQUEZ SORIANO, 1999: 122; MARTÍN VISO, 2005: 4). Estes aglomerados com visíveis traços de ordenamento e organização urbana tornaram-se polos de atração populacional e de dinamização económica.

Supondo que os Moradios apresentavam uma estrutura ocupacional que lhe permitia constituir um hipotético centro paroquial, não seria surpreendente ponderar aqui a localização da *ecclesia* suévica de *Coleia*, vinculada ao bispado de Viseu, conforme mencionado no *Parochiale Suevorum* (572-582) (DAVID, 1947: 37). Acredita-se que esta paróquia estava perto do rio Côa e as ruínas de Moradios estão apenas a 4 km de distância deste curso fluvial (FIG. 2).

O Côa foi denominado por *Cola* em documentação do século XIII, estando atestada a sua referência mais antiga em 1182, coincidente com o repovoamento do território a sul do Douro (SÁ, 1956: 293 e 304; MACHADO, 1993: 427; CURADO, 1988-94: 216 e 224; ALARCÃO, 2000: 168; MARTÍN VISO, 2005: 3; OSÓRIO e MARCOS, 2017: 39-40). Jorge de Alarcão defendeu mesmo que o termo poderá recuar ao período romano (2000: 169; 2001b: 297) e os etnónimos *Coilarni* e *Coelerni*, encontrados em alguns textos epigráficos (ILER 1084), têm sido relacionados com a primitiva denominação fluvial (SÁ, 1956: 292-293).

Esta importante paróquia chegou a cunhar moeda no reinado de Recaredo (586-601), Sisebuto (612-621) e Suintila (621-631), tendo em conta as menções ao atelier *Coleiu* e *Coleva* em achados numismáticos (ALARCÃO, 2004: 203; MARTÍN VISO, 2008b: 178).

Trabalhos anteriores propuseram a sua localização em Gouveia (FERNANDES, 1997: 85; GARCÍA MORENO, 1998: 127), na ermida de Santo André (Figueira de Castelo Rodrigo) (COSME, 2002: 131), na Torre de Almofala (ALARCÃO, 2000: 168; ALARCÃO, 2001a: 52-53; MARTÍN VISO, 2005: 4; TENTE, CORDERO RUIZ e CASTRO, 2018: 189; CARVALHO, 2016: 407; TENTE, FIGUEIRA e CARVALHO, 2022: 139) e, mais recentemente, na própria cidade da Guarda (CARVALHO, no prelo).

As ruínas da *civitas Cobelcorum* (Torre de Almofala) têm sido o local privilegiado pela investigação para a localização de *Coleia*. E

embora Jorge de Alarcão tenha defendido, a determinada altura, que temos de “ser prudentes na identificação de Almofala com a *Coleia* suévica”, pela falta de materiais dessa cronologia na cidade (2004: 203; 2005: 14), a descoberta de duas *pizarras* e algumas cerâmicas estampilhadas, nas recentes escavações arqueológicas de 2018, vieram ultrapassar esta lacuna e voltaram a reafirmar a possibilidade (TEN-TE, FIGUEIRA e CARVALHO, 2022: 143), parecendo agora uma hipótese credível.

As placas de xisto da Torre de Almofala surgem numa antiga capital de *civitas* que teve continuidade no período visigótico (FRADE, 1998; TEN-TE, FIGUEIRA e CARVALHO, 2022: 139). É um núcleo de povoamento importante, mas com uma área de dispersão de estruturas muito menor que os Moradios, do qual dista 40 km.

Curiosamente, *Coleia* vem citada na listagem do *Parochiale Suevorum*, precisamente antes de *Caliabria* (GARCÍA MORENO, 1998: 126; MARTÍN VISO, 2005: 3), com a qual deveria ser vizinha. Apesar das dúvidas sobre a localização exata de *Caliabria*, sabemos que se situava na região do Baixo Côa. As propostas de localização variam entre o elevado monte onde perdurou o topónimo de Castelo Calabre (CABRAL, 1963; FERNANDES, 1997: 87), com consideráveis vestígios de materiais dispersos por uma área de 8 hectares de terreno, delimitados por uma muralha imponente, ou a 1500 m para sul, no sítio de Aldeia Nova/Olival dos Telhões, já sujeito a escavações arqueológicas, com materiais que atestam uma ocupação romana e alto-medieval (COSME 1998; MARTINS e COSME, 2000).

Este primitivo *vicus* ou *castellum* romano foi convertido em sede de uma paróquia suévica da diocese de Viseu e, na época visigótica, ascendeu à categoria de diocese, recebendo outras *ecclesias* na sua jurisdição, como *Coleia*. Após 711, o núcleo populacional terá enfrentado dificuldades que culminaram no seu gradual abandono. Isso é demonstrado pelo silêncio documental sobre o local até 1171, quando Fernando II doou as ruínas de Calábria ao recém-criado bispado de Ciudad Rodrigo (BARROCA, 2008-2009: 196).

Considerando que a distância de 20 km entre a Torre de Almofala e a sede paroquial de *Caliabria* nos parece demasiado próxima, à luz da interpretação dos amplos vestígios urbanos e arquitetónicos e dos indícios visigóticos encontrados nos Moradios, julgamos plausível considerar a possibilidade de *Coleia* se localizar, mais a sul, neste assentamento do concelho de Almeida.

As duas localidades ficam distantes, entre si, cerca de 57 km. O território de *Caliabria* poderia abarcar facilmente os atuais municípios de Vila Nova de Foz Côa, Meda, Figueira de Castelo Rodrigo e Pinhel, fazendo fronteira com a paróquia de *Coleia* que compreendia o vale superior do rio Côa e o planalto da Guarda, Almeida e Sabugal, tendo este rio como eixo vertebral de toda a unidade territorial e não como limite (ALARCÃO, 2000: 169). A nossa proposta traça duas circunscrições eclesiásticas bastante extensas (FIG. 7), que ter-se-ão, mais tarde, fundido numa única diocese visigótica de *Caliabria* (FERNANDES, 1997: 127).

Ao contrário de Idanha-a-Velha e Viseu, que foram sedes de *civitates*, o Castelo Calabre e os Moradios emergiram mais tarde, durante o século VII, e o papel que terão desempenhado está relacionado apenas com as relações de poder das novas elites dominantes neste território, naquela época (MARTÍN VISO, 2015: 309; TENTE, FIGUEIRA e CARVALHO, 2022: 169, nota 14).

Em geral, as *pizarras* são achados fortuitos e descontextualizados que aparecem em diversos ambientes, tanto em núcleos populacionais de média ou grande dimensão, como em pequenas unidades agrícolas ou até em pontos destituídos de ocupação habitacional (URBINA ÁLVAREZ, 2002: 135; MARTÍN VISO, 2015: 292).

Tem sido sugerida a associação das *pizarras* de tipo numérico a lugares fortificados de povoamento rural, como Lerilla, Cabeza de Navasangil, El Castellón ou El Cortinal de San Juan (MARTÍN VISO, 2015: 290), contudo neste caso não se trata de um sítio fortificado e elevado, mas de um núcleo urbano em terrenos abertos. É um facto que as ardósias de texto parecem enquadrar-se em tipologias de assentamentos mais organizados e menos defensivos, como os Moradios.

A natureza destes documentos oficiais indicia igualmente a presença de edifícios com funções administrativas ou religiosas em qualquer núcleo arqueológico onde sejam encontrados. Estariam as estruturas arruinadas existentes em torno do ponto de achado do artefacto a desempenhar essas funções naquele período?

A possibilidade de Moradios ser uma paróquia suévica tornava-o um local central nesta região entre o vale do Côa e o vale do Águeda. E a verdade é que, dentro de um raio de 10-20 km ao redor da povoação, há uma alta concentração de ocorrências ocupacionais alto-medievais. Isso sugere que pode ter-se constituído como um centro aglutinador da elevada densidade de pequenas unidades de povoamento agrícola ou

aldeias de 2 a 4 hectares registadas nesse território (RUBIO DÍEZ, MARTÍN VISO e CENTENO CEA, 2022; RUBIO DÍEZ e PANIAGUA VARA, 2014). Esses núcleos estão geralmente associados a sepulturas escavadas na rocha e a lagares rupestres, entre as quais se destacam as que são encontradas de ambos os lados da fronteira luso-espanhola (MARTÍN VISO, 2008a: 7; RUBIO DÍEZ, 2015; RAMOS, 2020).

O achado desta *pizarra* numa zona de elevada concentração de necrópoles de sepulturas escavadas na rocha, é uma coincidência que já foi sublinhada por Mário Barroca relativamente a outras áreas mesetênicas (1991: 145). Provavelmente, a elevada densidade de sítios e necrópoles nesta área privilegiada de ocupação, na transição da Antiguidade Tardia para a Alta Idade Média, não se deve apenas à fertilidade dos solos agrícolas, à produção de gado ou à proximidade a importantes vias de comunicação milenares (MARTÍN VISO *et al.*, 2017: 24-25), mas à vizinhança a um polo populacional e de dinamização socioeconómica na região.

Outro fator que poderá ter contribuído para o crescimento deste grande assentamento urbano de Morádios, nesta transição de épocas, é a proximidade à zona mineira das Batocas, a poucos 6 km para leste (FIG. 2). Essa área geográfica (pouco estudada) deve ter sido explorada desde a Antiguidade Clássica e continuou a ser alvo de extração, em menor escala, nos séculos seguintes.

O topónimo Batocas já é antigo, pois vem assinalado como *Battoucas*, em 1227, no limite concelhio de Vilar Maior (Sabugal) (NOGUEIRA, 1983: 39), mostrando que esta antiga exploração mineira já era assim designada durante a reorganização concelhia medieval do Alto Côa.

O verdadeiro significado etimológico da palavra ainda é desconhecido, embora se conheçam aproximadamente 20 testemunhos toponímicos em Portugal (OSÓRIO e MARCOS, 2017: 28). Para alguns autores, este sugestivo termo refere-se a uma cova de onde se retirou barro ou outro material, que se enchia de lodo na época das chuvas (RIESCO CHUECA, 2013: 168), mas também pode estar associado ao latim *battuerre* (= bater), como um lugar de batimento (COCA TAMAME, 1993: 289) ou à ideia de um espaço oco. Todos estes conceitos podem dever-se à presença de antigos poços e galerias de mineração no local (OSÓRIO e MARCOS, 2017: 22). Além disso, existem paralelos toponímicos em outras áreas mineiras peninsulares: a mina romana das Batocas, em Ardões (Boticas) (MARTINS, 2010: 116) e as célebres minas romanas de

Las Cavenes de El Cabaco (Salamanca), situadas no Parque Natural de Las Batuecas (RUÍZ DEL ÁRBOL e SÁNCHEZ-PALENCIA, 1999), apenas a 60 km para nascente deste lugar.

O volume de trabalhos de desmonte das vertentes da bacia desta ribeira (que se chamava primitivamente Arroyo del Chiquero), denota uma atividade intensa que poluiu as linhas de água e alterou completamente a paisagem (OSÓRIO e MARCOS, 2017: 34), constituindo uma técnica de trabalho semelhante a muitas outras que remontam à época romana e que poderá certamente ter perdurado em cronologias posteriores.

Esta atividade em torno do sítio tardo romano e alto medieval de Moradios seria facilmente escoada pelo referido trajeto viário, denominado como *Carril*, que ainda hoje permanece visível na paisagem e na toponímia, ao longo da linha de fecho que separa as bacias do Côa e do Águeda, conectando a zona meridional da cordilheira central com os territórios da bacia do Douro, há milhares de anos atrás (FIG. 2).

6. Perspetivas de investigação futura

A partir de um fragmento de *pizarra* com o texto incompleto e sem se saber o contexto de achado, pouca informação podemos retirar sobre o assentamento de Moradios.

Pela sua fratura recente, temos fortes suspeitas que o resto da peça possa existir nas imediações do local, e não ter sido sujeita ao arrastamento, por ser uma zona com escasso potencial estratigráfico e bastantes afloramentos, com pouca tradição de lavoura e utilizado apenas como pastagem, tendo em conta até o impecável estado de conservação das ruínas habitacionais adjacentes (FIGS. 6 e 9).

O achado deu-se na parte setentrional da estação arqueológica, na zona onde se concentram as sepulturas escavadas na rocha, uma zona sem materiais cerâmicos romanos, que parece testemunhar, dentro do próprio núcleo habitado, uma deslocação ocupacional de zonas mais meridionais e ribeirinhas, em período romano, para a vertente norte da área habitada, como já foi defendido (PERESTRELO, 2003: 90).

Deve-se considerar a possibilidade de vir a encontrar outros fragmentos desta inscrição no decurso de escavações arqueológicas neste complexo arquitetónico, pois qualquer peça de xisto que surja nestes solos graníticos será imediatamente identificada. Na verdade,

durante a prospeção ao local foram assinalados outros fragmentos anepígrafos.

Só com o desenvolvimento de trabalhos arqueológicos na área onde apareceu a placa de xisto poderemos, igualmente, obter dados que ajudem a compreender o contexto de perda/achado da peça, a sua funcionalidade, a cronologia, os indivíduos que usaram esta lousa e as relações que estabeleceram com outras localidades mesetenhas, de ambos os lados da fronteira (TENTE e SOARES, 2008: 18).

Algumas dessas estruturas arruinadas de grande dimensão, dispostas numa organização espacial claramente intencional (FIG. 6), poderão ter desempenhado funcionalidades administrativas ou religiosas surpreendentes. Futuros trabalhos arqueológicos poderão revelar informações sobre a sua natureza e a relação que desempenharam no aglomerado populacional alto-medieval, confirmando ou rejeitando a nossa proposta de localização da paróquia suévia de *Coleia* nos Moradios.

Agradecemos à Mestre Ana Amor Santos a tradução do resumo para inglês, aos Professores Jorge Alarcão e Helena Catarino a leitura e comentários ao texto, à Doutora Lídia Catarino a análise da composição litológica da *pizarra*, à Doutora Catarina Tente o apoio bibliográfico e ao Dr. João Alberto dos Santos Teles e ao Dr. Carlos Alberto Chorão Teles, residentes em Malhada Sorda, as informações adicionais sobre o sítio de Moradios.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, Jorge de (1988a) – *Roman Portugal: Gazetteer*. 2:1, Warminster, pp. 64, 4/274.
- ALARCÃO, Jorge de (1988b) – *O Domínio Romano em Portugal*, Mem Martins.
- ALARCÃO, Jorge de (1998) – On the civitates mentioned in the inscription on the bridge at Alcântara, *Journal of Iberian Archaeology*, Vol. 0, Porto, pp. 143-157.
- ALARCÃO, Jorge de (2000) – Os nomes de algumas povoações romanas da parte portuguesa da Lusitânia, in Jean-Gérard Gorges e Trinidad Nogales Basarrate, coord. – *Sociedad y cultura en la Lusitania romana: IV Mesa Redonda Internacional*, Mérida, pp. 165-172.
- ALARCÃO, Jorge de (2001a) – As paróquias suévias do território actualmente português, in Francisco Villar e M^a Pilar Fernández Álvarez, eds. – *Religión, lengua y cultura prerromanas de Hispania*, Salamanca, pp. 52-53.
- ALARCÃO, Jorge de (2001b) – Novas perspectivas sobre os Lusitanos (e outros mundos), *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 4:2, Lisboa, pp. 293-349.

- ALARCÃO, Jorge de (2004) – Notas de Arqueologia, epigrafia e toponímia – II, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa 7:2.
- ALARCÃO, Jorge de (2005) – Povoações romanas da Beira Transmontana e do Alto Douro, *Cóavisão. Cultura e Ciência*, 7, Vila Nova de Foz Côa, pp. 9-18.
- ALMEIDA, João de (1945) – *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*, Vol. I, Lisboa, pp. 178-184.
- BARROCA, Mário Jorge (1991) – As pizarras visigodas: a propósito de uma obra de I. Velázquez Soriano, *Conimbriga*, 30, Coimbra, pp. 139-159.
- BARROCA, Mário Jorge (2008-2009) – De Miranda do Douro ao Sabugal – Arquitectura militar e testemunhos arqueológicos medievais num espaço de fronteira, *Portugalía*, 29-30, Porto, pp. 193-252.
- BARROCO, Manuel Joaquim (1978) – *Panoramas do Distrito da Guarda (apontamentos referentes aos concelhos e freguesias do distrito)*, Guarda: [s.n.].
- CABRAL, A. A. Dinis (1963) – *História da cidade de Calábria, em Almendra: Subsídios*, Porto: Ed. da Casa da Beira Alta.
- CARVALHO, Pedro C. (2016) – O final do mundo romano na Beira Interior: (des)continuidade e/ou (in)visibilidade do registo nas paisagens rurais do Interior Norte da Lusitânia, in ENCARNAÇÃO, José d'; LOPES, M. Conceição; CARVALHO, Pedro C., coord. – *A Lusitânia entre os Romanos e os Bárbaros*, Coimbra/Mangualde, pp. 397-422.
- CARVALHO, Pedro C. (no prelo) – A Guarda há dois mil anos. O início da cidade e da paisagem rural tal como a conhecemos (o chão das nossas origens), in Fernando Sousa, coord. – *História da cidade da Guarda. Das Origens à Atualidade*, Porto: CEPESE, pp. 74-125.
- COCA TAMAME, Ignacio (1993) – *Toponimia de la Ribera de Cañedo: Provincia de Salamanca*, Diputación Provincial de Salamanca.
- COELHO, Luís (1972) – Breve nota sobre a epigrafia de uma pequena placa de xistogoda proveniente de Plasencia, Espanha, hoje no Museu Nacional de Arqueologia, *Arqueólogo Português*, Lisboa. IIIª serie. 6, pp. 275-282.
- CORDERO RUIZ, Tomás; MARTÍN VISO, Iñaki (2012) – Sobre los usos y la cronología de las pizarras numerales: Reflexiones a partir del caso del yacimiento de Valdelobos (Montijo, Badajoz), *Archivo Español de Arqueología*, 85, Madrid, pp. 253-266.
- COSME, Susana Rodrigues (1998) – Aldeia Nova: Resultados de uma primeira sondagem, *Cóavisão: cultura e ciência*, 0, Vila Nova de Foz Côa, pp. 63-68.
- COSME, Susana Rodrigues (2002) – *Entre o Côa e o Águeda. Povoamento nas épocas romana e alto-medieval*, Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- CURADO, Fernando Patrício (1988) – Fragmento de epígrafe de Malhada Sorda (Almeida), *Ficheiro Epigráfico*, 27 (125), Coimbra.
- CURADO, Fernando Patrício (1988-94) – A propósito de Conimbriga e Coniumbriga, in *Actas do 1.º Congresso Internacional sobre o rio Douro, 25 de Abril-2 de Maio, 1986*, [Gaya: 6], Vila Nova de Gaia.

- DAVID, Pierre (1947) – *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VIe au XIIe siècle*, Lisboa-Paris.
- DÍAZ Y DÍAZ, Manuel Cecílio (1986) – Algunos aspectos lingüísticos y culturales de las pizarras visigóticas, *Myrtia*, 1, pp. 13-25.
- DÍAZ, Pablo C.; MARTÍN VISO, Iñaki (2011) – Una contabilidad esquivada: las pizarras numerales visigodas y el caso de El Cortinal de San Juan (Salvatierra de Tormes, Salamanca), in DÍAZ, P. C. y MARTÍN VISO, I., eds. – *Between tax and rent. Fiscal problems from Late Antiquity to Early Middle Ages / Entre el impuesto y la renta. Problemas de la fiscalidad tardoantigua y altomedieval*, Bari, pp. 221-225.
- FARIA, António Marques (1985) – Subsídios para um inventário dos achados monetários no distrito da Guarda, *Bibliotecas, Arquivos e Museus*, 1:2, Lisboa, pp. 679-689 (682).
- FERNANDES, A. de Almeida (1997) – *Paróquias Suevas e Dioceses Visigóticas*, Arouca: Associação para a Defesa da Cultura Arouquense, Câmara Municipal de Tarouca.
- FERNANDES, Isabel Cristina (1982) – Vestígios proto-históricos e romanos do Verdugal, in *Actas e Memórias do 1º Colóquio de Arqueologia e História do Concelho de Penamacor*, Penamacor, pp. 57-64.
- FERNÁNDEZ CADENAS, Nerea (2021) – A critical review of the signs on Visigothic slates: challenging the Roman numerals premise, *Journal of Medieval Iberian Studies*, 13:1, pp. 1-27.
- FIGUEIREDO, Cristóvão J. Moreira de (1953) – Subsídios para o estudo da viação romana das Beiras, *Beira Alta*, 12:1, Viseu, pp. 27-63.
- FIGUEIREDO, Sofia Soares; NOBRE, Luís; GASPAS, Rita; CARRONDO, Joana; CRISTO ROPERO, Araceli; FERREIRA, João; SILVA, Maria João; MOLINA, F. J. (2014) – Foz do Medal Terrace - an open-air settlement with palaeolithic portable art, *INORA*, 68, pp. 12-19.
- FRADE, Helena (1998) – Ara a Júpiter da Civitas Cobelcorvm, *Ficheiro Epigráfico*, 58:266, Coimbra.
- GARCÍA MORENO, Luís A. (1998) – Riba Coa en el periodo visigodo, in *O Tratado de Alcanices e a importância histórica das terras de Riba Côa: actas do Congresso Histórico Luso-Espanhol, 12-17 setembro, 1997*, Lisboa: Universidade Católica Editora, pp. 115-130.
- GONÇALVES, Francisco; ASSUNÇÃO, C. Torre de (1966) – Carta Geológica de Portugal. Notícia explicativa da folha 18-D, 1/50 000 (Nave de Haver), Lisboa.
- ILER = VIVES, José (1971) – *Inscripciones Latinas de la España Romana*, Barcelona.
- MACHADO, José Pedro (1993) – *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*, Vol. I, Lisboa.
- MACIEL, Justino M. (2004) – Recensão a Isabel Velázquez Soriano – Documentos de época visigoda escritos en pizarra (Siglos VI-VIII), *Conimbriga*, 43, Coimbra, pp. 249-250.
- MARTÍN VISO, Iñaki (2005) – En la periferia del sistema: Riba Côa entre la Antigüedad Tardía y la Alta Edad Media (siglos VI-XI), in JACINTO, Rui e BENTO, Virgílio, coords. – *Territórios e Culturas Ibéricas*, Guarda: CEI, pp. 186-208.

- MARTÍN VISO, Iñaki (2007) – Tumbas y sociedades locales en el centro de la Península Ibérica en la Alta Edad Media: el caso de la comarca de Riba Cõa (Portugal), *Arqueologia y Territorio Medieval*, 14, pp. 21-47.
- MARTÍN VISO, Iñaki (2008a) – Una periferia creativa: la articulación del territorio en la comarca de Riba Cõa (Portugal) (siglos VI-XI), *Separata de Territorio, Sociedad y Poder*, 3, Oviedo, pp. 85-109.
- MARTÍN VISO, Iñaki (2008b) – *Tremisses y potentes* en el nordeste de Lusitania (siglos VI-VII), *Mélanges de la Casa de Velázquez*, Nouvelle série, 38:1, Madrid, pp. 175-200.
- MARTÍN VISO, Iñaki (2015) – Huellas del poder: pizarras y poblados campesinos en el centro de la península Ibérica (siglos V-VII), *Medievalismo*, 25, pp. 285-314.
- MARTÍN VISO, Iñaki; RUBIO DÍEZ, Rubén; LÓPEZ SÁEZ, José Antonio; RUIZ ALONSO, Mónica; PÉREZ DÍAZ, Sebastián (2017) – La formación de un nuevo paisaje en el centro de la península ibérica en el periodo posromano: el yacimiento de La Genestosa (Casillas de Flores, Salamanca), *Archivo Español de Arqueología*, 90, pp. 7-28.
- MARTÍN VISO, Iñaki; SASTRE BLANCO, José Carlos; CATALÁN RAMOS, Raúl; FUENTES MELGAR, Patricia (2020) – Pizarras numerales de época posromana y contextos arqueológicos: el yacimiento de El Castellón (Santa Eulalia de Tábara, Zamora), *Munibe. Antropologia-Arkeologia*, Donostia, 71, pp. 151-161.
- MARTINS, Carla Braz (2010) – A mineração em época romana, in MARTINS, Carla Braz, coord. – *Mineração e povoamento na Antiguidade no Alto Trás-os-Montes Ocidental*, Porto: CITCEM, pp. 107-120.
- MARTINS, Carla Braz; COSME, Susana Rodrigues (2000) – O Contributo do espólio cerâmico na interpretação da estação arqueológica de Aldeia Nova/Olival dos Telhões (Freguesia de Almendra, Concelho de Vila Nova de Foz Cõa), in *Beira Interior História e Património. Actas das I Jornadas de Património da Beira Interior*, Guarda: Câmara Municipal, pp.159-170.
- NEVES, Dário; FIGUEIREDO, Sofia Soares (2015) – Quinhentas placas gravadas da Idade do Ferro do sítio fortificado do Castelhinho (Nordeste Portugal): temas figurados e padrões de distribuição, *ARKEOS*, 37, Internacional Rock Arte Conference, IFRAO, pp. 1589-1605.
- NOGUEIRA, José Artur Duarte (1983) – A organização municipal da Extremadura Leonesa nos sécs. XII e XIII, *Separata do Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*, 58:2, Coimbra, pp. 3-59.
- NOGUEIRA, José Artur Duarte (1998) – Os municípios medievais em Riba-Cõa, in *O tratado de Alcanices e a importância histórica das terras de Riba Cõa* (Actas do Congresso Histórico Luso-espanhol, 12-17 de setembro, 1997), Lisboa: Universidade Católica Editora, pp. 197-209.
- OSÓRIO, 2000 [= SILVA, Marcos Daniel Osório da] (2000) – *O Povoamento Romano do Vale Superior do Rio Cõa*, Dissertação de Mestrado em Arqueologia Romana apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- OSÓRIO, Marcos (2006) – *O povoamento romano do Alto Cõa* (Territoria; 1), Guarda: Câmara Municipal, p. 77.

- OSÓRIO, Marcos; MARCOS, Paulo (2017) – A origem do nome do rio Côa, a propósito do estudo da toponímia da antiga atividade mineira, *Sabucale*, 9, Sabugal, pp. 7-54.
- PEIXOTO, José Pinto (1996) – *Miuzela - a Terra e as Gentes*, Miuzela, p. 25.
- PERESTRELO, Manuel Sabino (2003) – A romanização na bacia do rio Côa, Ed. Parque Arqueológico do Vale do Côa, pp. 90 e 176.
- RAMOS, Tiago (2020) – *Da Periferia à Fronteira: Povoamento Medieval do Médio Côa entre os séculos X e XII*, Tese de Doutoramento em História Medieval, Moderna, Contemporânea e de América apresentada à Universidade de Salamanca.
- RIESCO CHUECA, Pascual (2013) – *Testimonios toponímicos del léxico arcaico de las provincias leonesas*, Anuario 2011: Instituto de Estudios Zamoranos Florián de Ocampo, pp. 135-216.
- RIPOLL, Gisela; VELÁZQUEZ SORIANO, Isabel (1999) – Origen y desarrollo de las parrochiae en la Hispania de la Antigüedad tardía, in PERGOLA, P., ed. – *Alle origini della parrocchia rurale (IV -VII sec.)*. *Atti della giornata tematica dei Seminari di Archeologia Cristiana* (Ecole Française de Rome - 19 marzo 1998). Sussidi allo Studio delle antichità cristiane. Pontificio Istituto di Archeologia Cristiana, Ciudad del Vaticano, 12, pp. 101-165.
- RODRIGUES, Adriano Vasco (1958) – O culto da ganadaria a sul do Douro português, *Revista de Guimarães*, 68, pp. 393-396.
- RUBIO DíEZ, Rúben (2015) – *Arqueología, paisaje y territorio post-romano: Las tumbas excavadas en roca en el occidente del Campo de Ciudad Rodrigo (Salamanca)*, Ciudad Rodrigo: Centro de Estudios Mirobrigensis.
- RUBIO DíEZ, Rubén; MARTÍN VISO, Iñaki; CENTENO CEA, Inés (2022) – Un asentamiento campesino en los confines de la Meseta del Duero: El Pueblito (siglos VII-VIII), in PRATA, Sara; CUESTA-GÓMEZ, Fabián e TENTE, Catarina, ed. – *Paisajes, espacios, materialidades. Arqueología rural altomedieval en la Península Ibérica*, Access Archaeology, Archeopres: Oxford, pp. 198-209.
- RUBIO DíEZ, Rúben; PANIAGUA VARA, Enrique (2014) – La piel del leopardo: espacios campesinos y espacios de poder en el alto valle del Águeda (Salamanca), in CATALÁN RAMOS, Raúl; FUENTES MELGAR, Patricia e SASTRE BLANCO, José Carlos, eds. – *Las fortificaciones en la tardoantigüedad: élites y articulación del territorio (siglos V-VIII d.C.)* [Simposia; 5], Madrid, pp. 299-306.
- RUÍZ DEL ÁRBOL, María; SÁNCHEZ-PALENCIA, F. Javier (1999) – La minería aurífera romana en el nordeste de Lusitânia: Las Cavenes de El Cabaco (Salamanca), *Archivo Español de Arqueología*, 72: 179-180, Madrid, pp. 119-140.
- SÁ, Mário (1956) – *As grandes vias da Lusitânia. O itinerário de Antonino Pio*, 3, Lisboa.
- TELES, João Alberto dos S.; TELES, Carlos Alberto C. (1981) – *Levantamento toponímico e arqueológico do Concelho de Almeida*, [Texto policopiado], Coimbra: [s.n.] (Trabalho académico de Técnicas de Investigação Arqueológica).
- TENTE, Catarina; CORDERO RUIZ, Tomás; CASTRO, Rita (2018) – A configuração territorial da Diocese Viseense no período Suevo-Visigodo (Serpa), *Do Império ao Reino. Viseu e o território entre os séculos IV a XII*, Viseu: Câmara Municipal, pp. 179-194.

- TENTE, Catarina; FIGUEIRA, Nádía; CARVALHO, Pedro C. (2022) – As placas de xisto numéricas de época visigoda de Torre de Almofala e do Castro de Santo André (Figueira de Castelo Rodrigo, Centro-Norte de Portugal) e o povoamento rural em seu torno, *Beira Alta*, 81:1-2, Viseu, pp. 135-173.
- TENTE, Catarina; SOARES, António Monge (2008) – Uma pizarra visigoda com inscrição numérica encontrada em Santa Margarida, *Arqueologia Medieval*, 10, Mértola, pp. 13-19.
- URBINA ÁLVAREZ, Aránzazu (2002) – Hallazgo de dos pizarras con inscripción en el hábitat tardoantiguo del Cerro de la Virgen del Castillo (Bernardos, Segovia), *Faventia*, 24:1, Barcelona, pp. 135-144.
- VELÁZQUEZ SORIANO, Isabel (1989) – Las pizarras visigodas: edición crítica y estudio, *Antigüedad y Cristianismo: Monografías históricas sobre la Antigüedad Tardía*, Murcia: Universidade.
- VELÁZQUEZ SORIANO, Isabel (2000) – Documentos de época visigoda escritos en pizarra (Siglos VI-VIII), *Monumenta Palaeographica Medii Aevi, Series Hispanica*, Real Academia de la Historia (Madrid), Turnhout (Belgium): Brepols Publishers.
- VELÁZQUEZ SORIANO, Isabel (2004) – *Las pizarras visigodas: entre el latín y su disgregación. La lengua hablada en Hispania. siglos VI-VIII*, Real Academia Española-Fundación Instituto Castellano y Leonés de la Lengua, Madrid-Burgos.
- VELÁZQUEZ SORIANO, Isabel (2018) – Pizarra opistógrafa de Crestelos, in *Fortificaciones, pizarras y poblados. La Raya en el Medievo. Catálogo de la exposición*, Ciudad Rodrigo: Ayuntamiento, pp. 363-364.

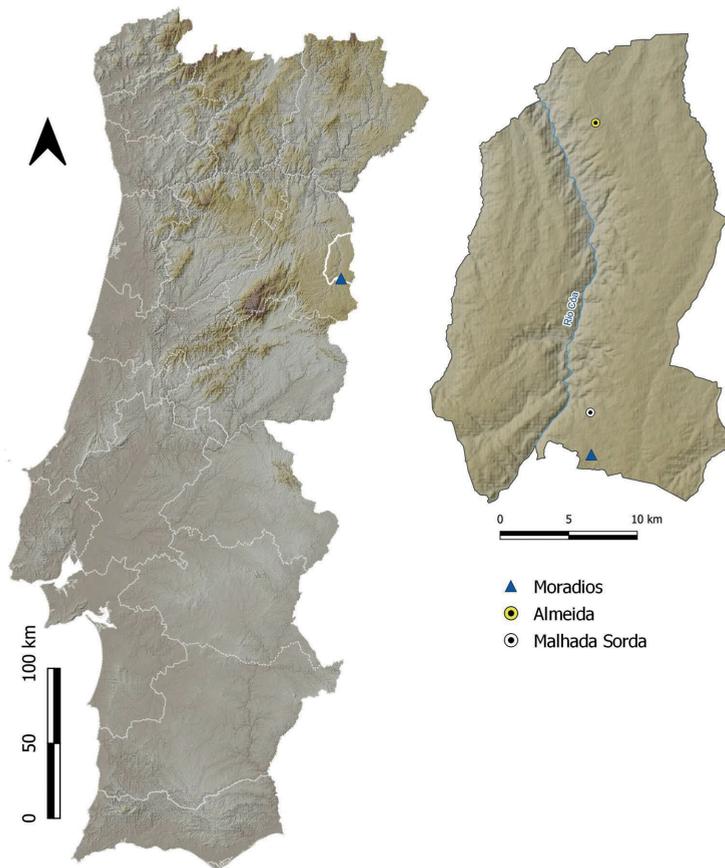


FIG. 1 – *Localização do sítio dos Moradios.*

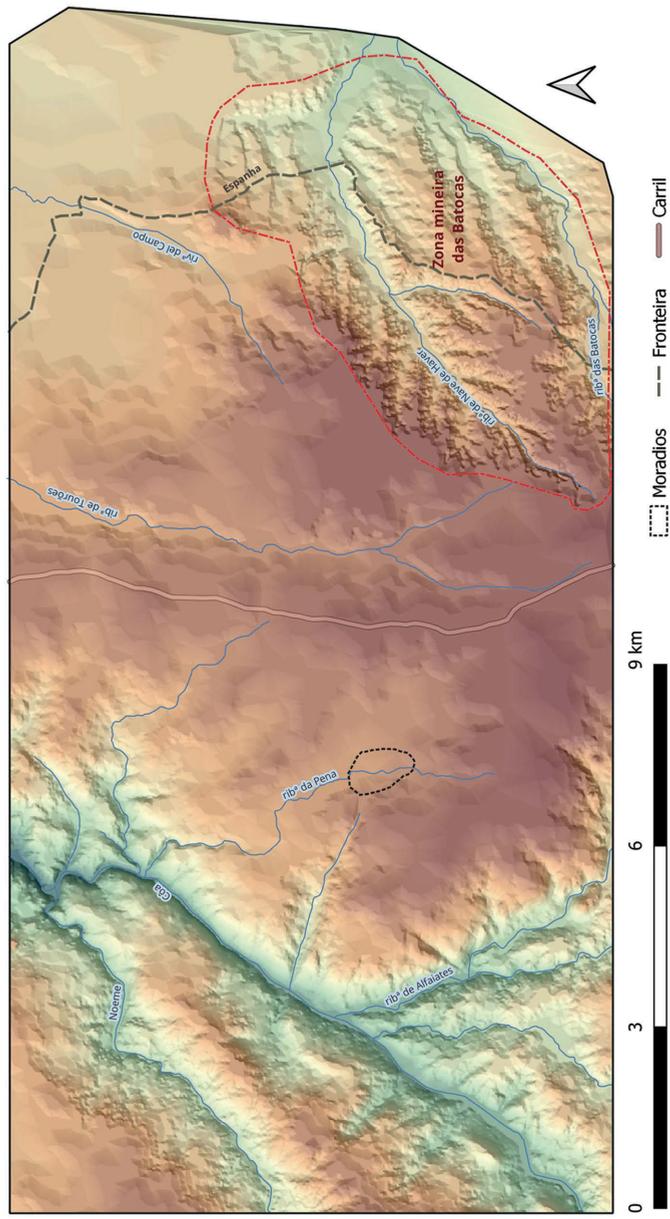


FIG. 2 – Mapa hipsométrico da área envolvente aos Moradios.

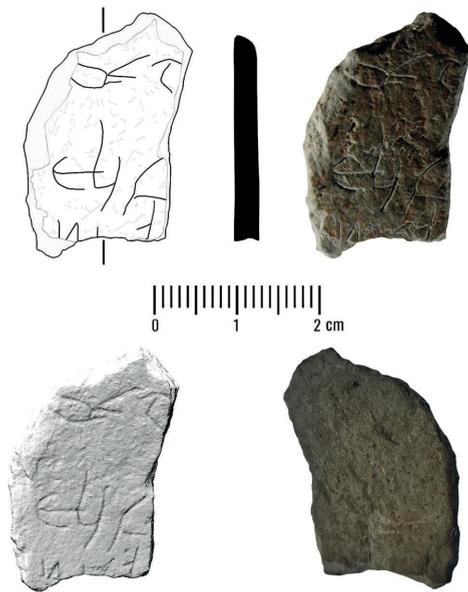


FIG. 3 – *Pizarra de Moradios.*

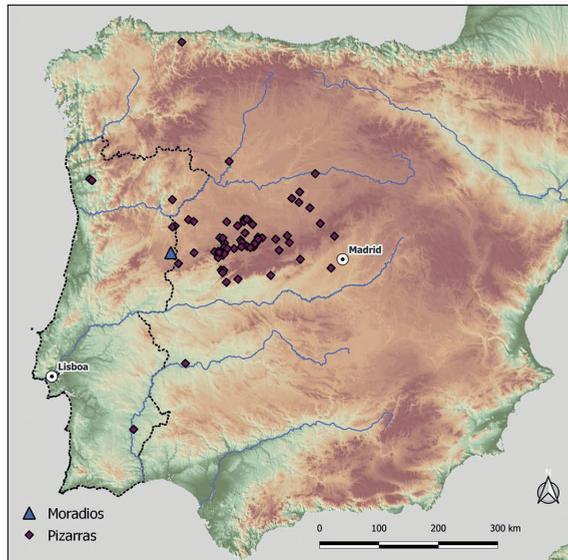


FIG. 4 – *Dispersão de pizarras na Península Ibérica.*

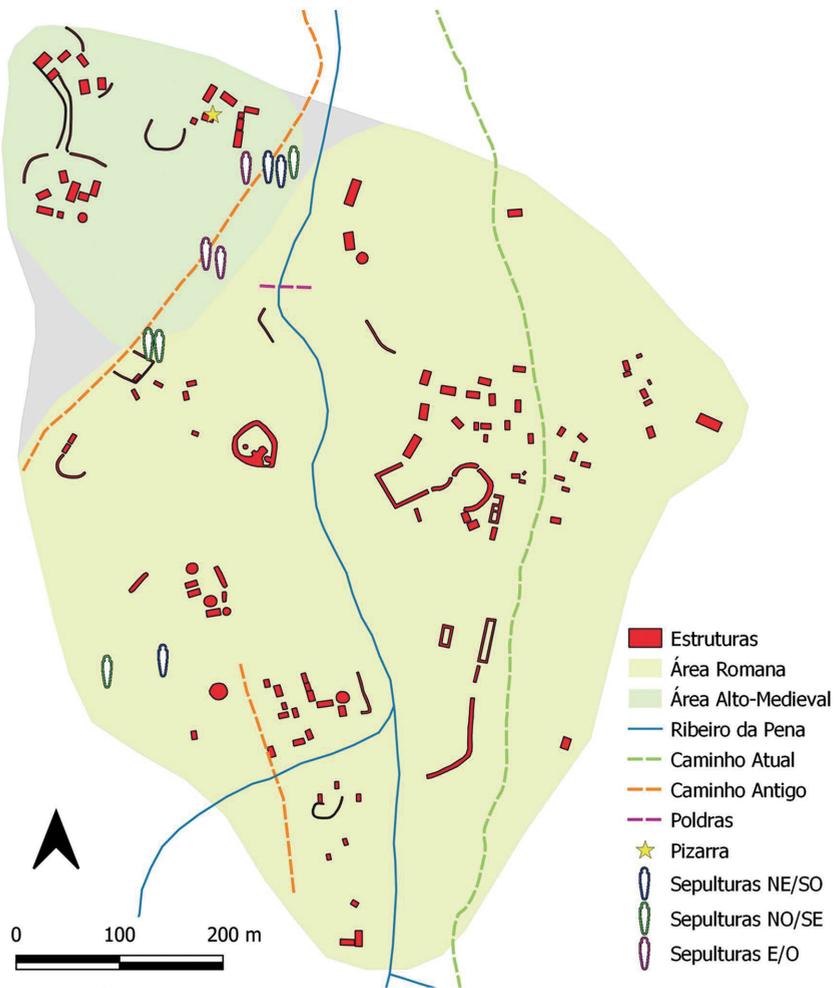


FIG. 5 – Planta interpretativa dos vestígios arqueológicos dos Moradios.

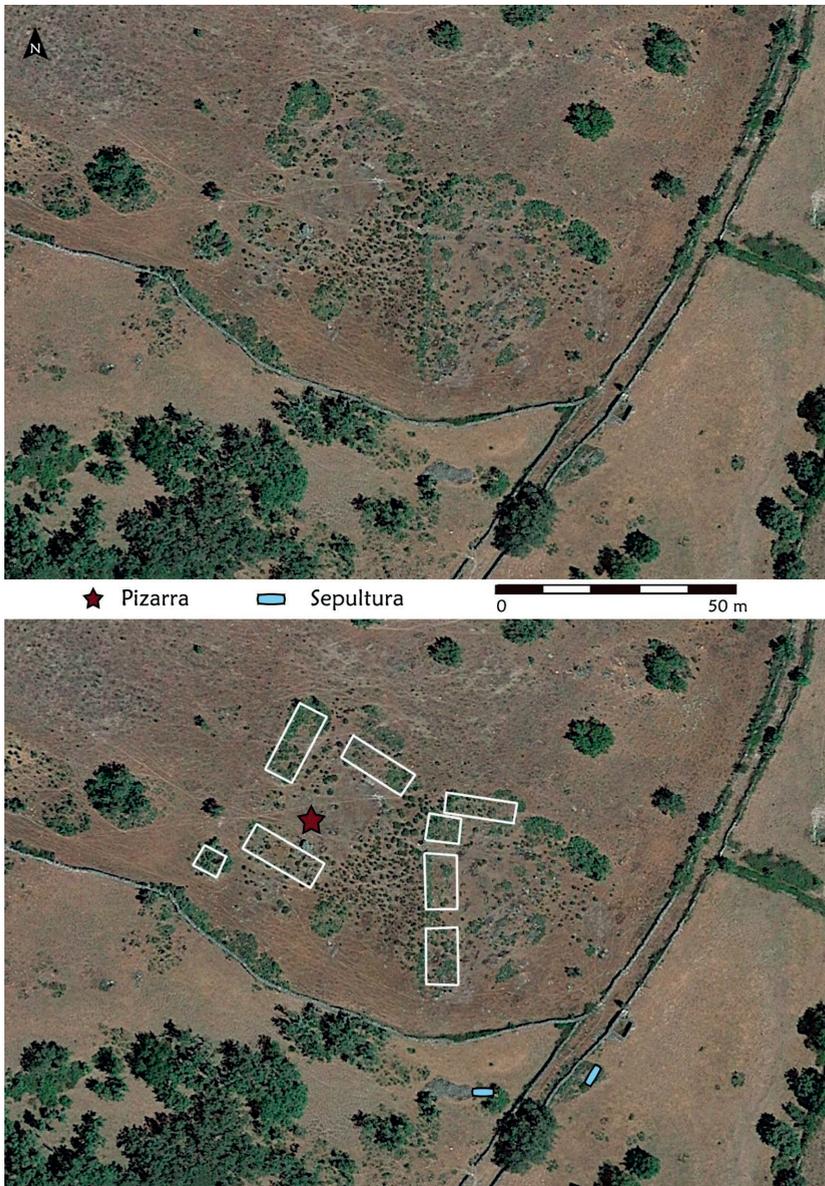


FIG. 6 – Local do achado da pizarra e interpretação dos vestígios na ortofoto.

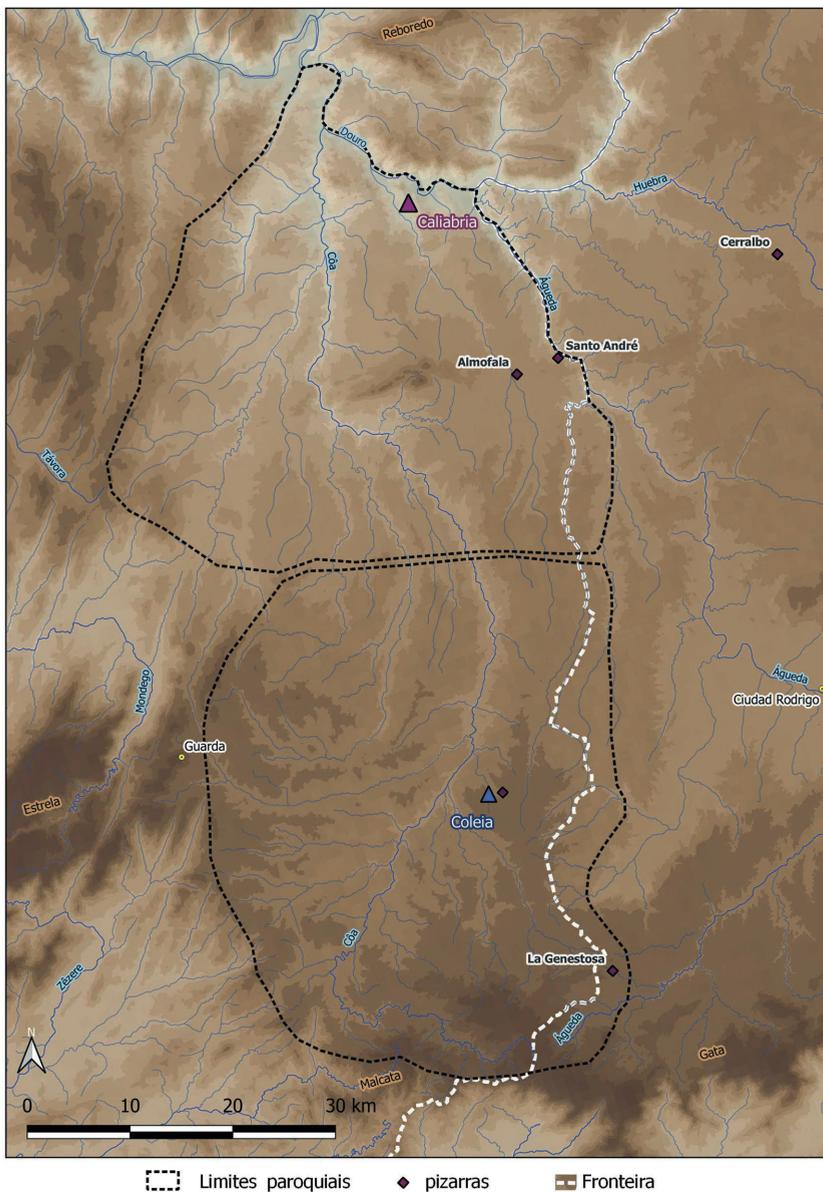


FIG. 7 – Proposta cartográfica dos limites territoriais das paróquias Caliabria e Coleia.



FIG. 8 – *Sepulturas escavadas na rocha dos Moradios.*



FIG. 9 – *Vestígios dos alicerces das paredes das estruturas arruinadas de Moradios.*